

Faé, Rogério
DESENVOLVIMENTO NO BRASIL: SIMILITUDES E DIFERENCIAS ENTRE O
NACIONAL-DESENVOLVIMENTISMO E AS PROPOSTAS GOVERNAMENTAIS DA
ATUALIDADE
Revista Pensamento Contemporâneo em Administração, vol. 9, núm. 1, enero-marzo,
2015, pp. 51-69
Universidade Federal Fluminense
Rio de Janeiro, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=441742856005>



DESENVOLVIMENTO NO BRASIL: SIMILITUDES E DIFERENCIAS ENTRE O NACIONAL-DESENVOLVIMENTISMO E AS PROPOSTAS GOVERNAMENTAIS DA ATUALIDADE

DEVELOPMENT IN BRAZIL: SIMILARITIES AND DIFFERENCES BETWEEN NATIONAL-DEVELOPMENT AND CURRENT GOVERNMENT PROPOSALS

Recebido em 13.12.2013. Aprovado em 10.04.2015

Avaliado pelo sistema *double blind review*

<http://dx.doi.org/10.12712/rpca.v9i1.334>

Rogério Faé

rfae@ea.ufrgs.br

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre - UFRGS - RS - Brasil
Essex Business School/University of Essex - Reino Unido

Resumo

Partindo do pressuposto de que na história, constituída por fatos que compõem a formação e evolução da nação, encontram-se os dados e informações necessários à compreensão do contexto brasileiro atual e para o entendimento das políticas ligadas ao desenvolvimento, este ensaio teórico buscou analisar as principais ideias que predominaram nas décadas de 1950 e 1960 – anteriores ao golpe militar de 1964 – e sua influência na retomada do conceito de desenvolvimento nacional no início do século XXI. Nesta retomada ganharam evidência propostas que buscaram atribuir ao Estado papéis de planejador estratégico e regulador do mercado com o objetivo de facilitar as transações. Porém, neste retorno do desenvolvimentismo foram esquecidas as propostas que buscaram pensar formas de desenvolvimento geradoras de autonomia nacional, que almejaram fornecer condições para que a nação pudesse tomar suas decisões com base na valorização das características socioculturais presentes em seu território.

Palavras-Chave: Desenvolvimento. Ensaio Teórico. Nação.

Abstract

Assuming the presupposition that in the history, constituted by facts that compose the formation and evolution of the nation, find the necessarily data and information to understand the current Brazilian context and to understand the policies linked with development, this theoretical essay seeks to analyze the main ideas prevailed in the 1950s and 1960s – prior to the 1964 military coup – and its influence in the recovery of the concept of national development in the XXI century. In this recovery has gained evidence ideas that seek to assign roles to the state like as strategic planner and regulator of the market in order to facilitate transactions. However, in this return of nationalism are forgotten proposals that sought ways of thinking about development generating national autonomy, which aspired to provide conditions so that the nation could make their decisions based in the valorization of the sociocultural characteristics of the people who resides in its territory.

Keywords: Development. Theoretical Essay. Nation.

Introdução

Na história, constituída por fatos que compõem a formação e evolução da nação, encontram-se os dados e informações necessários para a compreensão do contexto brasileiro atual e para o entendimento das políticas destinadas para a promoção do desenvolvimento (PRADO JÚNIOR, 1999).

É, assim, no entendimento do passado e das estratégias adotadas que podemos encontrar os pontos de apoio necessários ao entendimento do contexto atual, pois, mesmo sob formas críticas, é necessária compreensão sobre a articulação político-estratégica que propiciou a determinadas ideias adquirirem valorização ao longo do tempo e afetarem interesses, práticas e objetivos pré-existentes e/ou que virão a ganhar relevância futura (HARDY, PALMER e PHILIPS, 2000).

Sob tal perspectiva, é necessário iniciar assinalando, mesmo que de forma breve, a maneira predominante como se desenvolveu a estrutura sociopolítica do Brasil ao longo de sua história, ou seja, qualificada como nação subdesenvolvida e ligada à estrutura global capitalista mercantil e, posteriormente, industrial como fornecedora de matéria-prima e produtos exóticos às nações desenvolvidas e, gradativamente, também, como fornecedora de mão de obra barata quando comparada àquela disponível nos países que primeiro se industrializaram (PRADO JÚNIOR, 1999; MARINI, 1977; SANTOS, 1978; FRANK, 1966).

Leitura histórica que, já de início, descarta uma das teses defendida com forte vigor nos centros de desenvolvimento e que qualifica o subdesenvolvimento como uma etapa que seria ultrapassada pelo crescimento econômico individual das nações, segundo o pressuposto de que estariam, apenas, em estágio anterior em uma escala de desenvolvimento acessível a todos os países (ROSTOW, 1956). Tese que desconsidera o essencial do sistema capitalista, ou destacando a crítica de Prado Júnior (1999, p. 27):

[...] a 'sociedade tradicional' não se caracteriza por si e em si; e sim apenas em contraste com o que vem depois dela, com o desenvolvimento que ela antecede e cujo traço essencial e fundamental consistirá no progresso tecnológico e na inversão produtiva da maior parte do lucro capitalista auferido na produção e que aquele progresso determina e estimula. O que, em outras palavras, vem a ser a acumulação capitalista, e que Marx chamou de 'reprodução ampliada do capital'.

Na tese defendida por Rostow (1956) é o desenvolvimento em termos globais e sob premissas definidas nos centros de desenvolvimento que está em pauta; ou seja, o que se considera é o desenvolvimento de um pretenso conjunto, enquanto as condições específicas dos países ditos subdesenvolvidos são negligenciadas e colocadas em segundo plano, pois a ênfase recai sobre a possibilidade de crescimento contínuo do contexto macro e na divisão de tarefas que possibilitam este mesmo crescimento.

É esse processo histórico, pretensamente global, que liga as práticas discursivas que predominaram no passado às que predominam no presente. Continuidade que só é possível compreender através de fatos específicos e cuja interligação se efetivou na história própria a cada nação e que necessita ser indagada em sua especificidade. (PRADO JÚNIOR, 1999).

No caso brasileiro, o início do processo de colonização ocorreu sob premissas nas quais o império Português, por um lado, observou dificuldades na administração direta de um território tão amplo como o brasileiro, razão pela qual fragmentou o território e delegou cada fragmento a portugueses escolhidos pela coroa à tarefa colonizadora; por outro, o império interessou-se pelas riquezas naturais do território descoberto e, principalmente, pelo lucro que o comércio dos produtos tropicais proporcionava à metrópole, mantendo a exclusividade do controle sobre o comércio externo desses produtos. Processo que se manteve de forma estável por quase

quatro séculos, do descobrimento até a abertura dos portos, consequência da vinda da corte portuguesa para o Brasil (PRADO JUNIOR, 1999).

A partir da abertura dos portos, o Brasil passou a fornecer seus produtos primários a várias nações sem a necessidade da intermediação portuguesa. Entretanto, o foco ligado à exportação de matéria-prima, alimentos e produtos exóticos não se alterou, dando continuidade a um processo de articulação internacional no qual os produtores internos se especializaram naquelas atividades com maior demanda externa e que, por consequência, propiciavam maiores possibilidades de escoamento da produção para os grandes mercados metropolitanos. Em contrapartida, os grandes produtores brasileiros, ligados ao comércio externo, passaram a ter crescente possibilidade de comprar produtos manufaturados com origem nos polos de desenvolvimento (FURTADO, 1959).

Esse movimento ganhou novas nuances no período entre Guerras e, principalmente, com a crise do café que dificultou o processo comercial nos moldes que vinham ocorrendo até então, ao diminuir bruscamente a capacidade de importação de produtos manufaturados. A importação foi dificultada, ainda mais, pelas problemas comerciais provocados pela Segunda Guerra. Foi naquele momento histórico que ganhou ênfase o movimento de valorização do mercado interno e da industrialização substitutiva de importações (FURTADO, 1959; PREBISCH, 1949).

Ao final da Segunda Guerra ganharam destaque, em termos globais, estratégias políticas vinculadas à reconstrução da Europa e ao desenvolvimento de nações atrasadas em relação ao processo de industrialização. Estratégia que emergiu como consequência da percepção norte-americana de que sem um mercado global com o qual pudesse manter relações de troca, sua própria economia estaria ameaçada (ESTEVA, 2007).

É nesse contexto interno articulado ao global que ganharam ênfase ideias ligadas ao desenvolvimento nacional. Assim, sem desconsiderar o processo ocorrido no Brasil mesmo antes da década de 1930 que forneceu as bases para o avanço do que viria ser compreendido como desenvolvimento na década de 1950¹, este texto se direciona para a identificação das principais ideias que influenciaram o campo do desenvolvimento no Brasil, do final da Segunda Guerra à década de 1960 e, principalmente, para o entendimento da influência dessas ideias nas práticas ligadas ao desenvolvimento que ganharam corpo no início do século XXI, quando o conceito de desenvolvimento nacional ganhou novo vigor.

Parte-se do suposto que as propostas da atualidade utilizam e atualizam conceitos de desenvolvimento nacional construídos nas décadas de 1950 e 1960, porém em um processo que busca a manutenção de posições privilegiadas em escala nacional, em prol do crescimento, e que desvalorizam vozes destoantes que propuseram a construção de uma nação para todos os brasileiros no Brasil pré-1964.

Neste sentido, este artigo relaciona organização e desenvolvimento ao buscar entendimento sobre a forma como as políticas governamentais da atualidade são direcionadas em sua busca por desenvolvimento, assim como compreender ideias erigidas no passado e que fornecem possibilidades de articulação ou problematização em relação à lógica predominante em escala global.

O Início da Década de 1950

Na década de 1950 as ideias, ligadas ao desenvolvimento, que se destacaram foram influenciadas pelos discursos predominantes em termos globais que buscavam a reestruturação do mercado capitalista.

Naquele momento, no Brasil, a ênfase das discussões tinha como pano de fundo o conceito de nação, ora a favor de ideias que buscavam autonomia nacional, ora enfatizando a manutenção

do alinhamento da estrutura nacional ao capitalismo global (FONSECA, 2011; BIELSCHOWSKY, 2000).

Em termos globais, por influência dos Estados Unidos, os esforços político-econômicos do pós-guerra se direcionaram para programas de reconstrução das potências europeias destruídas pelas guerras e, em menor proporção, para programas de desenvolvimento das nações que, a partir do discurso inaugural do presidente Norte-Americano Harry S. Truman, passaram a ser qualificadas como subdesenvolvidas (ESTEVA, 2007).

No caso brasileiro, após o envio pelo Governo dos EUA das Missões Cookeⁱⁱ e Abbinkⁱⁱⁱ, em julho de 1951 se efetivou a Comissão Mista Brasil – Estados Unidos (CMBEU). O objetivo da comissão se direcionou para a construção de soluções para as necessidades de melhoria na infraestrutura econômica do país, sendo apontados no relatório entregue em julho de 1953 como principais problemas: os pontos de estrangulamento ligados ao fornecimento de energia e transportes; a inflação; e a questão cambial, que deveria ser regulada pelo mercado (VELLOSO, 2010; CAMPOS, 2004).

As conclusões da CMBEU serviram de base para propostas que passaram a ser articuladas em nível mundial pelo Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD) e fomentaram um processo no qual se buscava nos países ditos subdesenvolvidos um processo complementar e de suporte aos países qualificados como desenvolvidos (VELLOSO, 2010; PREBISCH, 1949; FURTADO, 1959; BIRD, 1946).

A solução encontrada foi focar os esforços no processo de industrialização que, segundo a crença predominante na época, reposicionaria o país no quadro das nações, seja nos termos da teoria das vantagens comparativas de David Ricardo (GUDIN, 1945); seja com base na valorização da substituição de importações como um passo necessário à interiorização dos centros de decisão pelos países classificados como subdesenvolvidos (PREBISCH, 1949; FURTADO, 1959).

Neste ponto, cabe destacar que Bielschowsky (2000) considerou que durante o ciclo desenvolvimentista (anos 1950 e 1960) cinco correntes de pensamento se destacaram: a) neoliberal, que se contrapunha ao desenvolvimentismo e enfatizava as forças do mercado, defendida mais fortemente por Eugênio Gudin; b) desenvolvimento do setor privado, representado por Roberto Simonsen; c) desenvolvimento do setor público não nacionalista, tipificado por Roberto Campos; d) desenvolvimento público nacionalista, liderado por Celso Furtado; e e) corrente socialista, mercada especialmente pelas formulações do Partido Comunista Brasileiro (PCB). A opção pela sistematização de Bielschovsky (2000) se justifica por seu reconhecimento acadêmico em diferenciar as principais vertentes que pensavam o desenvolvimento no Brasil daquela época.

Considerando o objetivo deste texto, é necessário salientar que Campos (2004, p. 197), apesar de aceitar a sistematização feita por Bielschowsky, discordou da classificação de não nacionalista, pois

Todos nos considerávamos nacionalistas. A diferença essencial era metodológica. Os chamados desenvolvimentistas não estatistas acreditavam na imprescindibilidade da cooperação do capital estrangeiro, mesmo nas atividades de infraestrutura, enquanto que os desenvolvimentistas nacionalistas acentuavam a tônica da intervenção governamental e eram hostis à participação do capital estrangeiro nos chamados setores estratégicos, que incluíam a infraestrutura básica de energias e transporte. As linhas divisórias entre os diferentes grupos não eram tão nítidas, entretanto, como o fazia crer a literatura da época. Os desenvolvimentistas não nacionalistas, ou para usar um termo melhor, desenvolvimentistas liberais, tinham muitos pontos em comum com a escola liberal clássica chefiada por Eugênio Gudin e Octávio Bulhões. Comungavam com estes

na preocupação com problemas de estabilização monetária, na aceitação do investimento privado como motor do desenvolvimento, na oposição ao estatismo e na abertura para capitais estrangeiros. Deles se diferenciavam apenas na crença, um pouco ingênuas, no planejamento estatal.

Para Bielschowsky (2000), as propostas neoliberal^{iv} e desenvolvimentista nacionalista foram os mais influentes no contexto brasileiro anterior ao golpe militar de 1964, sendo que o primeiro se caracterizou pela defesa principal das seguintes teses: a) redução da intervenção do Estado na economia brasileira; b) políticas de equilíbrio monetário e financeiro, evitando a discussão dos efeitos sobre os níveis de renda e emprego; e c) frequentemente eram contrários às medidas de suporte ao projeto de industrialização por parte do Estado (GUDIN, 1945; BIELSCHOWSKY, 2000).

Gudin (1945) defendia que a economia capitalista possuía uma tendência a um equilíbrio de máxima eficiência sempre que os mecanismos de mercado pudessem funcionar com liberdade. A tese do autor estava ancorada no incentivo à máxima produtividade em todas as atividades econômicas. Hipótese fundamental na construção teórica do autor era que a inflação revelava situações próximas a de pleno emprego. A inflação seria causada pelo excesso de demanda e impulsionada pela expansão do crédito, pelos déficits públicos orçamentários e pela elevação dos custos de produção, principalmente, pelo aumento dos salários.

Em contraponto, Simonsen (1945) – em defesa do desenvolvimento com base no setor privado e em oposição ao mercado autorregulado – ao salientar as dificuldades provocadas pela lógica neoliberal em relação aos baixos padrões de vida percebidos na época e à necessidade de elevação da renda nacional para dar suporte ao processo de industrialização, defendeu uma planificação estatal negociada com as várias entidades corporativas e a valorização da atividade privada. A planificação deveria ser direcionada para aquelas atividades que demandassem grande mobilização nacional. O autor embasou suas ideias no diagnóstico fornecido pelos integrantes da Missão Cooke, que ressaltou a necessidade de melhoria da infraestrutura econômica, de suas indústrias de base e, em geral, da industrialização. Defendeu, ainda, proteção em relação às indústrias nacionais enfraquecidas em relação à livre concorrência com empreendimentos estrangeiros.

As teses defendidas por Gudin (1945) e Simonsen (1945) têm em comum uma visão de desenvolvimento que prioriza a atividade privada e a ação suplementar do Estado (VELLOSO, 2010), seja agindo exclusivamente em áreas nas quais a iniciativa privada não tem interesse ou na implantação e controle de políticas públicas com vista à estabilização do mercado (GUDIN, 1945), seja no planejamento e investimento estatal de forma a criar um movimento nacional que atenda às necessidades do processo de industrialização e exijam investimentos de tamanho vulto que não possam ser arcados pelas indústrias individuais (SIMONSEN, 1945).

A terceira corrente de pensamento que se destacou na época – o desenvolvimento do setor público não nacionalista – tipificado por Roberto Campos, caracterizou-se pela aceitação e incorporação das principais ideias defendidas em escala mundial pelo BIRD. Nesse sentido, ao ser influenciado pela teorização de W. W. Rostow, Campos (1954, p. 6) conceituou países subdesenvolvidos como “[...] aqueles em que a grande maioria da população se entrega a atividades primárias (agropecuárias ou extrativas) com a aplicação de processos primitivos de produção e baixo nível de renda *per capita*”. Já o planejamento, ao entrar em sintonia com as ideias predominantes no BIRD e disseminadas através do CMBEU (do qual Roberto Campos fez parte), é entendido de forma semelhante a Simonsen (1945), como um método racional que serviria de guia para as ações direcionadas à aceleração do desenvolvimento do país, que “[...] seria demasiado lento [...] se deixado à iniciativa espontânea” (CAMPOS, 1954, p. 11).

Sob essa lógica, para o autor, o “[...] problema central do planejamento dos países subdesenvolvidos é basicamente o problema medular de toda a ciência econômica: contingenciar recursos escassos entre objetivos concorrentes, e escalonar sua utilização eficiente no tempo e no espaço” (CAMPOS, 1954, p. 11). Com base neste entendimento, a iniciativa pública se justificaria nos países qualificados como subdesenvolvidos como intervenção com vista à compensação da debilidade da iniciativa privada, estimulando simultaneamente aquelas áreas nas quais o capital privado é insuficiente ou não possui interesse por se caracterizar em investimento de longo prazo.

Como meio de formar uma poupança que forneça a capacidade de investimentos necessários ao país, Campos (1954) defendeu a “faculdade telescópica”, ou seja, a possibilidade do governo, através da tributação, comprimir o consumo em benefício da acumulação de capital para investimentos. Para ele, o planejamento público deveria levar em consideração as decisões privadas e ser precedido de uma análise geral da economia, de forma a esclarecer e definir os papéis público e privado; assim como facilitar a busca de auxílio financeiro externo, habitualmente dificultados se o país requisitante não conseguisse demonstrar que os recursos internos estavam sendo aproveitados para inversões úteis ao desenvolvimento econômico. Cabe destacar que, para Campos (2004), a melhoria das condições de vida da população depende do desempenho econômico, ou seja, é uma consequência do estágio de desenvolvimento.

Em contraponto à vertente ligada ao desenvolvimento capitaneada pelos Estados Unidos, e em um momento de guerra fria, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) se opôs a manutenção da lógica econômica que predominava no país defendendo o fim da dominação econômica estrangeira e a defesa da “política do povo”. O foco das ações do Partido se direcionou para a “[...] única solução viável e progressista dos problemas brasileiros – a solução revolucionária – que pode e há de ser realizada pela ação unida do próprio povo com a classe operária à frente” (PRESTES, 1950, p. 8).

A tese central dos comunistas jogava luz ao conflito de classes implícito à lógica capitalista e se opunha às práticas ligadas a lógica dos mercados globais que impediam situações de independência nacional ao estimular ações articuladas nos países qualificados como desenvolvidos (PRESTES, 1950).

As ideias articuladas pelo PCB foram predominantemente construídas por propostas que deveriam buscar nas massas populares a matéria-prima sobre a qual deveria ser pensado o processo de desenvolvimento. Entretanto, os pontos defendidos pelo PCB mostraram-se contraditórios em vários aspectos, entre eles a defesa de lutas anti-imperialistas mescladas com aspectos ligados ao desenvolvimento pacífico (IBESP, 1954).

Por consequência, para o Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (IBESP) estavam dadas as diretrizes para um processo de desenvolvimento semelhante àquele proposto pelos articuladores das propostas norte-americanas, porém sob um ideário produzido no ambiente comunista e fortemente influenciado pelas propostas predominantes na União Soviética^v. Situação que é claramente explicitada, posteriormente, através da declaração sobre a política do Partido Comunista Brasileiro de março de 1958, no qual é definido que “[...] o desenvolvimento capitalista corresponde aos interesses de todo o povo, pois a contradição principal é a que existe entre a nação em desenvolvimento e o imperialismo norte-americano” (LÖWY, 2006, p. 225).

Naquele período, um dos principais teóricos do PCB, integrante do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), Nelson Werneck Sodré afirmou que

É velho, sem dúvida, o quadro do campo, em que relações semifeudais impedem a ampliação do mercado interno; é velha a política de socializar os prejuízos, reduzindo o poder aquisitivo da massa demográfica ascendente; [...] é velho o que nos subordina a

razões externas, por legítimas que sejam no exterior; é velha, particularmente, a ideia de que o Brasil só se pode desenvolver com ajuda alheia e, principalmente, com capitais estrangeiros (SODRÉ, 1959, p. 39).

Assim, as ideias articuladas pelo PCB defenderam como teses centrais para o fortalecimento da nação: a industrialização planificada sob premissas estritamente nacionais e a reforma agrária, já que o desenvolvimento das forças produtivas seria obstaculizado pelo monopólio da terra, pelos requisitos de práticas feudais ainda existentes no Brasil e pelas práticas impostas pelo imperialismo (SILVA e SOUSA, 2008; LÖWY, 2006).

Cabe destacar, ainda, que outro dos principais teóricos do PCB, Caio Prado Júnior, com base em uma releitura marxista do processo de desenvolvimento brasileiro, buscou caracterizá-lo como: a) desvinculado do feudalismo, pois foi construído em resposta às necessidades do sistema de mercado capitalista vigente nos países que primeiro se desenvolveram; b) a produção agrária se destinava ao mercado; c) a própria estrutura econômica e social foi erigida de forma a responder as demandas do mercado em escala global e; d) a própria economia agrária, desde o seu início, se caracterizou por ser de base capitalista (PRADO JÚNIOR, 2008). Entretanto, esta última perspectiva se caracterizou às margens do discurso hegemônico do partido, que continuou a defender a necessidade de uma revolução antifeudal no Brasil do pós-guerra (IBESP, 1954; LOWY, 2006).

Já Raúl Prebisch, ao formatar as bases teóricas das propostas que predominariam na Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), se contrapôs às teses que enfatizavam a iniciativa privada e defendiam de forma mais ou menos intensa a articulação com o sistema global de trocas, este último caracterizado por uma lógica com base nas vantagens comparativas, ao considerar que a industrialização havia se tornado uma “[...] forma de crescimento imposta pelo progresso técnico nos países latino-americanos que fazem parte da periferia da economia mundial [...]”, e que “[...] traz consigo algumas tendências persistentes de desequilíbrio externo” (PREBISCH, 1952, p. 181).

Esse desequilíbrio se traduzia em transformações nas formas de produção e consumo, assim como nas maneiras pelas quais a população produtiva se organizava para atender a demanda que daí emergia. Entretanto, se, por um lado, o desequilíbrio externo era resultado da dualidade do progresso tecnológico; por outro, sua eliminação seria requisito indispensável para que a economia dos países periféricos pudesse crescer de forma regular.

Segundo Prebisch (1952), essas transformações nas formas de produção não estariam limitadas à redução ou perda de valor dos produtos primários utilizados na atividade industrial – fator que por si só já fragilizava a estrutura comercial dos países periféricos –, mas provocava alterações na demanda da sua população. Nesse sentido, as inovações técnicas adquiriram um papel fundamental como fator dinâmico que propiciaria alterações nos padrões de produção e consumo.

Para Prebisch (1949), a industrialização era a base sobre a qual deveria ser pensado o processo de desenvolvimento nacional. O projeto que se delineava, ao pretender superar os impasses que colocavam os países periféricos à margem das benesses do progresso técnico em termos de economia mundial, para Prebisch (1949), tinha dois eixos fundamentais: a) industrialização planejada; e b) o recurso ao capital estrangeiro, como complemento provisório dos esforços internos à geração de poupança.

A industrialização substitutiva, como recurso gerador de nova dinâmica, levaria as nações Latino-Americanas a uma situação de maior autonomia em relação aos países centrais, com base na ampliação do mercado interno, via crescimento da produção e renda *per capita*, que possibilitariam a participação nacional no sistema econômico internacional em condições menos desiguais. Já o planejamento do processo de desenvolvimento, ao ser atribuído ao Estado,

teria por função reduzir o espontaneísmo pressuposto à industrialização periférica, como fator alheio a qualquer “[...] intenção consciente de romper com os esquemas tradicionais de divisão internacional do trabalho” (FURTADO, 1962, p. 38-39).

Furtado (1961) argumentava que a ideia de desenvolvimento, como defendida nos pólos de progresso técnico, desconsiderava a dimensão histórica que a condicionava. Se, nos países em que o processo de industrialização primeiro se fez presente, houve íntima interdependência entre os fatores tecnológicos e sociais na construção da realidade nacional, o mesmo não se podia afirmar em relação aos países da América Latina. Nesses últimos, o processo de industrialização, ao ser incentivado, teve como principal fator motivacional o aperfeiçoamento da produção ligada à exportação, ou seja, caracterizou-se como complementar ao processo experimentado nos países centrais. Essa lógica, em geral, desconsiderou as necessidades das nações que compunham as linhas comerciais em posição de importadoras de manufaturas e exportadoras de bens primários.

O resultado, para as economias Latino-Americanas, foi, “[...] quase sempre, a criação de estruturas híbridas, uma parte das quais tendia a comportar-se como um sistema capitalista, a outra, a manter-se dentro da estrutura preexistente. Esse tipo de economia dualista constitui, especificamente, o fenômeno do subdesenvolvimento contemporâneo” (FURTADO, 1961, p. 253). Nesse sentido, o subdesenvolvimento experimentado pelos países da América Latina teria provocado a reprodução, em âmbito regional interno, das desigualdades socioeconômicas entre países. Uma vez iniciado esse processo, “[...] sua reversão espontânea é praticamente impossível” (FURTADO, 1959, p. 331), razão pela qual o planejamento governamental se faria ainda mais necessário como forma de direcionar os rumos nacionais para objetivos que proporcionassem melhores formas de atendimento de suas próprias necessidades.

É necessário frisar, ainda, que, para Furtado (1961, p. 253), o “[...] subdesenvolvimento é [...] um processo histórico autônomo, e não uma etapa pela qual tenham, necessariamente, passado as economias que já alcançaram grau superior de desenvolvimento”.

Assim, o conceito de nação que emerge na proposta de Celso Furtado valoriza uma unidade histórica e socioeconômica em busca de construção própria e sob premissas definidas internamente que reduzissem as diferenças entre as nações periféricas e centrais.

O Desenvolvimento Nacional no Instituto Superior de Estudos Brasileiros

Em 1953, em um contexto de controvérsia entre os referenciais que buscavam relacionar desenvolvimento e nação, é criado o IBESP, que iria aprofundar a discussão ao se aproximar das ideias vigentes na Cepal. O IBESP, mesmo composto por intelectuais que divergiam em vários aspectos, foi responsável pela disseminação de ideias e discussões relacionados ao

[...] desenvolvimento de uma ideologia nacionalista que se pretendia de esquerda, em contraposição aos nacionalismos conservadores do pré-guerra; a difusão das ideias de uma ‘terceira posição’ tanto em relação aos dois blocos liderados pelos Estados Unidos e União Soviética quanto em relação aos pensamentos marxista e liberal clássico, uma visão interessada a respeito do que ocorria nos novos países da África e Ásia; a introdução do pensamento existencialista entre a intelectualidade brasileira; e, acima de tudo, uma visão muito particular e ambiciosa do papel da ideologia e dos intelectuais na condução do futuro político do país (SCHWARTZMAN, 1979, p. 5-6).

Naquele momento, a discussão sobre desenvolvimento nacional ganhou vigor ao ser entendido, por exemplo, por Rangel (1955, p. 133) como um processo

[...] extremamente complexo, ao longo do qual tudo muda na vida social: a distribuição da população, as condições de trabalho e produção, a produção da riqueza social e seu modo de apropriação, a quantidade e qualidade do capital necessário ao processo

produtivo, a técnica de produção. Paralelamente, muda também a cultura, isto é, a ideia que o homem faz de si mesmo e do mundo em que vive.

Já o nacionalismo, para Lima (1955, p. 71), se constituía como “[...] atitude política que, exaltando o valor da independência nacional, se opõe aos elementos que a impedem, a ameaçam ou com ela se chocam”. Nessa forma de definir a nação está implícito que nem todas as nações conseguem ser independentes em relação às demais em razão do estado desigual alcançado pela industrialização nos vários países. Com base nesse entendimento a tese Isebiana se aproximou do argumento Cepalino que dividia as nações entre centrais e periféricas. Assim como valorizou o nacionalismo como valor político-cultural que subsidia estruturas sociopolíticas que diferenciam as várias nações, razão pela qual ganhou vigor uma percepção de que toda nação enfrenta situações particulares definidas pelo processo histórico que gerou as suas condições.

É necessário destacar, entretanto, a orientação que, seguindo a lógica de Mannheim, os intelectuais que formavam o IBESP e, posteriormente, o ISEB se reconheciam como ‘inteligência socialmente desvinculada’, ou seja, teriam a possibilidade de resumir em si os vários interesses que compõem a esfera social e, principalmente, adotar uma posição de perspectiva total em relação à interpretação da sociedade brasileira. Por consequência, seriam capazes de propor soluções adequadas aos seus problemas. Encontrada a solução, constituída a ‘síntese válida’ das aspirações dos diversos grupos e classes sociais era seu papel, “[...] fazê-la penetrar ‘nos mais amplos setores da vida social’, para que adquirisse ‘raízes naturais’ na sociedade, a fim de colocar em ação o seu poder de transformação” (PAIVA, 2000, p. 162).

Um dos integrantes do ISEB manteve o foco na observação dos vários discursos sobre a nação, mas buscou principalmente examinar as origens das várias visões existentes naquele momento sobre a realidade nacional. Neste aspecto, para Cortês (1999, p. 129), Álvaro Vieira Pinto “desde 1956 [...] vinha repelindo a suposição exclusivista que imagina que a melhor compreensão sobre a sociedade brasileira nasce apenas no cérebro de uns poucos iluminados”.

O autor ao pensar a realidade nacional lhe atribuía um significado relacional, ou melhor, “[...] ele inscrevia a si próprio na realidade que investigava e se instalava na vida ordinária, tornando-se um dos tantos intérpretes e partícipes da sociedade brasileira” (CORTÊS, 1999, p. 135). Neste aspecto há um rompimento com a ideia Isebiana a partir da qual os intelectuais teriam a possibilidade de observar o contexto e abstrair das ideias que circulavam uma síntese que deveria ser inscrita como bem comum em termos nacionais e como tal disseminada acima dos interesses particulares.

O autor, em síntese, buscava investigar os modos de consciência que constituíam a sociedade brasileira e que buscavam compreender a realidade nacional.

Valorizava as ideias que conviviam na sociedade brasileira e considerava que se existe alguma realidade esta é definida pelo seu caráter social e, mais, não existiria uma realidade nacional dada à priori, apenas como resultado da convivência social que os integrantes da sociedade experimentam entre si. Assim, se o futuro está indeterminado e a nação se define em um direcionamento para o futuro, o que caracteriza a nação é a projeção sobre o se quer ser com base em uma leitura das possibilidades abertas no passado, das realizações do presente e de uma projeção para o futuro. Projeção constituída por consciências e interesses que, em muitos casos, se contrapõem, caracterizando assim uma eterna construção sempre por vir (PINTO, 1960; CORTÊS, 1999).

Entretanto, com a ditadura cívico-militar em 1964, Roberto Campos tornou-se um dos principais articuladores das propostas nacionais ligadas ao desenvolvimento daquele período, com uma visão influenciada pela perspectiva de W. W. Rostow em defesa do crescimento econômico de forma articulada ao sistema capitalista de mercado em escala global (CAMPOS,

2004).

O Desenvolvimento Nacional no Século XXI

A década de 1990 foi marcada por políticas internas articuladas a uma lógica que predominava no contexto mundial; operacionalizada internamente, a partir de 1995, por Fernando Henrique Cardoso ao compreender a possibilidade de desenvolvimento definida pela articulação entre integrantes de uma mesma classe e, por consequência, pela aceitação das regras impostas pelo Consenso de Washington (BATISTA Jr., 1999).

Já, o século XXI ao iniciar com a percepção das limitações do ideário neoliberal em promover a estabilização macroeconômica e o crescimento na América Latina e, de forma articulada, pelos impasses colocados pelo contexto global para a viabilização de práticas que fortalecessem as propostas que enfatizavam as contradições de classe e que se opunham ao desenvolvimentismo – ao argumentar que o desenvolvimento nacional impedia a constituição de uma classe trabalhadora autônoma e consciente de seus interesses –, devolve ênfase à discussão do desenvolvimento nacional (RIDENTE, 2009; BRESSER-PEREIRA, 2006).

Naquele momento, passaram a ganhar destaque ideias que predominavam na CEPAL, formuladas em um documento cuja construção foi coordenada por Fernando Fajnzylber em 1990. No documento são apresentadas soluções para o impasse criado, que passariam pelo fortalecimento da democracia e pelo ajuste das economias. Sendo tarefa primordial a transformação das estruturas produtivas em um contexto de crescente equidade.

Foi dada ênfase à necessidade de correção dos desequilíbrios macroeconômicos; uma segunda preocupação era em relação às formas de financiamento do desenvolvimento e de cooperação internacional; e, por último, a necessidade de manutenção da coesão social que estabelecia limites às políticas e estratégias econômicas (CEPAL, 1990).

O que estava em pauta na chamada ‘transformação produtiva com equidade’ não era mais do que a busca por formas de produção que apresentassem competitividade em escala internacional com base na incorporação de tecnologia de ponta e com menor depreciação dos salários reais.

A industrialização constitui o eixo da transformação produtiva, principalmente por ser portadora da incorporação e difusão do progresso técnico, mas também porque, na nova situação deve ultrapassar o estreito contexto setorial em que foi abordada e se vincular com a exploração de produtos primários e a área de serviços, de maneira a integrar o sistema produtivo e tender para a homogeneidade progressiva dos níveis de produtividade (CEPAL, 1990, p. 895).

Essas transformações produtivas deveriam, ainda, estar articuladas com ações que buscassem a preservação do meio ambiente, de forma a preservar os recursos escassos através de sua utilização com base em pesquisas e práticas sustentáveis. Assim, o desenvolvimento nacional deveria estar focado na competitividade, articulada com ideias ligadas à sustentabilidade e equidade.

As políticas econômicas não se resumiam à criação de um ambiente macroeconômico apropriado, mas era necessária sua articulação com políticas setoriais de curto e longo prazo, assim como de mudanças institucionais que dessem maior segurança para interações entre agentes públicos e privados. A equidade, por sua vez, exigiria que as mudanças produtivas fossem acompanhadas por políticas redistributivas que deveriam conter

medidas redistributivas complementares, entre elas serviços técnicos, financeiros e de comercialização, assim como programas maciços de qualificação destinados a microempresários, trabalhadores autônomos e agricultores, reformas de diversos

mecanismos de regulação que impedem a formação de microempresas, adequação dos serviços sociais às necessidades dos setores mais pobres, fomento da organização, de modo a contribuir para a ajuda mútua e a representação das necessidades dos mais desfavorecidos perante o Estado, e aproveitamento da política tributária, tanto pelo lado da receita quanto no que diz respeito à orientação dos gastos públicos (CEPAL, 1990, p. 896-897).

Bresser-Pereira (2006, p. 10), ao incorporar ideias que vigiam na CEPAL e argumentar sobre o que seria o novo desenvolvimentismo, diz que este supõe a existência de uma verdadeira nação, entendida como tendo a capacidade

de formular uma estratégia nacional de desenvolvimento informal, aberta, como é próprio de sociedades democráticas cujas economias são coordenadas pelo mercado. A nação é uma sociedade de pessoas ou famílias que, compartilhando um destino político comum, logra se organizar na forma de um Estado com soberania sobre determinado território. [...] Para que a nação possa compartilhar um destino comum, ela deve ter objetivos comuns, entre os quais o historicamente mais importante é o desenvolvimento.

Ao entender o novo desenvolvimentismo como um caminho intermediário entre o neoliberalismo e o nacional desenvolvimentismo^{vi}, o foco da construção se direciona para o interesse nacional que somente faria sentido se partisse de um consenso interno que estivesse na base da estratégia nacional de desenvolvimento que defendesse os interesses e o bem comum interno.

Uma estratégia nacional de desenvolvimento [...] é um conjunto de instituições e de políticas orientadas para o desenvolvimento econômico. É menos do que um projeto ou um plano nacional de desenvolvimento, porque não é formalizada; não tem documento com definição precisa de objetivos e de políticas a serem adotadas para alcançá-los, porque o acordo entre as classes sociais que lhe é inerente não tem nem texto nem assinaturas. É mais porque envolve informalmente toda ou grande parte da sociedade. Porque dá a todos um rumo a ser seguido, e certas orientações muito gerais a serem observadas. Porque, embora não pressuponha uma sociedade sem conflitos, envolve uma razoável união de todos, quando se trata de competir internacionalmente. Porque é mais flexível do que um projeto. Porque está sempre considerando as ações dos demais adversários ou competidores. Porque o fator a motivar o comportamento individual não é apenas o interesse próprio, mas a competição com as demais nações. A estratégia nacional de desenvolvimento reflete tudo isso. Sua liderança cabe ao governo e aos membros mais ativos da sociedade civil. Seu instrumento fundamental é o próprio Estado: suas normas, suas políticas e sua organização. Seu resultado, quando um grande acordo se estabelece – quando a estratégia realmente se torna nacional, quando a sociedade passa a compartilhar, frousa mas efetivamente, métodos e objetivos – é a aceleração do desenvolvimento. Um período longo, em que o país experimenta elevadas taxas de crescimento da renda *per capita* e dos padrões de vida. (BRESSER-PEREIRA, 2006, p. 14).

Cabe destacar que, para Bresser-Pereira (2006), o nacional desenvolvimentismo das décadas de 1950 e 1960 e o novo desenvolvimentismo se diferenciam em dois aspectos: os fatos históricos que caracterizam o capitalismo global; e que países como o Brasil, de desenvolvimento médio, alteraram seu estágio de desenvolvimento criando as condições para que as indústrias nacionais passassem a competir com as indústrias dos países industrializados. Razões pelas quais os fundamentos que dão suporte ao processo de desenvolvimento nacional deveriam considerar as novas condições existentes de forma a dar novas respostas ao contexto.

Assim, Bresser Pereira (2006), como intelectual do PSDB e ex-ministro, ao buscar crescimento econômico sustentável com melhor distribuição de renda, vem caracterizando o novo desenvolvimento como uma estratégia nacional de desenvolvimento relacionada aos seguintes elementos: maior abertura da conta comercial do país, de forma negociada e com reciprocidades; novo papel do Estado, com destaque para o planejamento estratégico; estabilidade macroeconômica, incluindo estabilidade de preços, equilíbrio do balanço de

pagamentos e câmbio apreciado; recusa da estratégia de crescimento com poupança externa e financiamento do desenvolvimento com recursos próprios.

No que tange à relação entre Estado e mercado, Sicsú, Paula e Michel (2007, p. 509) defendem que a melhor alternativa é a que pensa um

Estado forte que estimula o florescimento de um mercado forte. Nossas teses [...] são as seguintes: (i) não haverá mercado forte sem um Estado forte; (ii) não haverá crescimento sustentado a taxas elevadas sem o fortalecimento dessas duas instituições (Estado e mercado) e sem a implementação de políticas macroeconômicas adequadas; (iii) mercado e Estado fortes somente serão construídos por uma estratégia nacional de desenvolvimento; e (iv) não é possível atingir o objetivo da redução da desigualdade social sem crescimento a taxas elevadas e continuadas.

Já, para Valencia (2008), o novo desenvolvimentismo se caracteriza como uma nova ofensiva articulada ao ideário neoliberal pela burguesia industrial, que baseia sua estratégia em seis premissas: a) ser uma alternativa contra a vertente marxista da dependência e em menor medida frente ao neoliberalismo; b) a burguesia almeja a manutenção de sua posição no plano nacional e melhoria da posição em escala global; c) valorizar autores da teoria da dependência^{vii} inseridos em um ideário reformista e socialdemocrata; d) focar nas condições estatais e nacionais que possam fortalecer o capitalismo da América Latina no cenário internacional; e) autonomia do capitalismo; e f) melhor redistribuição de renda em favor das classes populares, como meio de coerção à causa da burguesia nacional.

Desta forma, não existe um pressuposto implícito ao novo desenvolvimentismo, como no nacional desenvolvimentismo dos anos 1950 e 1960, de superar a estrutura centro-periferia; mas alcançar formas de associação com o capital internacional de maneira a fortalecer os laços entre as burguesias dos países dependentes e desenvolvidos (VALENCIA, 2008). Neste caso, há uma desistência no que se refere à construção de caminhos autônomos e que valorizem as necessidades dos países dependentes, criando em contraponto economias que fornecem os suportes para a manutenção da lógica econômica em escala global e que mantenham as posições das burguesias nacionais, tidas em uma leitura com base na construção discursiva de Cardoso e Faletto (1969) como classes fomentadoras do desenvolvimento interno a qualquer nação.

Em uma posição semelhante, Benjamin et al. (2002) destacam o “divórcio entre povo e nação”, já que a unidade nacional seria ameaçada por esta ação das elites burguesas com vista à priorização de seus interesses realizados pela articulação macroeconômica, em detrimento das massas que ficam dependentes dos resultados econômicos como condição para que suas necessidades sejam atendidas.

Políticas Públicas e os Projetos de Governo da Atualidade

Em janeiro de 2003, Luiz Inácio Lula da Silva assumiu a Presidência da República, mantendo-se por oito anos, e em 2011 tomou posse Dilma Rousseff. A atual presidente, já em seu discurso de posse deixa claro seu intento que é de “[...] dar continuidade ao maior processo de afirmação que este país já viveu nos tempos recentes” (ROUSSEFF, 2011, s/p), ou seja, manter e aprimorar o projeto político de governo herdado do presidente anterior.

Assim posicionada, a presidente afirma como ponto fundamental de sua agenda e, principalmente, como base para os projetos e programas que serão estimulados em seu governo^{viii} a necessidade de crescimento econômico e, com ela a necessidade de estabilidade macroeconômica e de controle da inflação. O foco na capacidade de exportação fica em evidência como meio de equilibrar a balança comercial, assim como o consequente estímulo à competitividade dos produtos, tanto no mercado interno como no externo.

No último aspecto ganha relevância o papel do Estado como indutor do investimento privado, razão pela qual o “[...] PAC continuará sendo um instrumento de coesão da ação governamental e coordenação voluntária dos investimentos estruturais dos estados e municípios. Será também vetor de incentivo ao investimento privado [...]” (ROUSSEFF, 2011, s/p.).

O Estado aparece, ainda, com um papel de planejamento estratégico que busca facilitar a relação entre mercado e governo, com vista ao crescimento que estaria na base do estímulo às políticas sociais, sendo com “[...] crescimento, associado a fortes programas sociais, que venceremos a desigualdade de renda e do desenvolvimento regional” (ROUSSEFF, 2011, s/p.).

Assim, os aspectos determinantes das estratégias políticas do governo brasileiro, que estão em vigor, se assemelham àqueles propostos por Campos (1954), ao afirmar que a melhoria das condições de vida da população depende do desempenho econômico, assim como à releitura proposta pelos neodesenvolvimentistas; com a ressalva feita por alguns autores de que existe atualmente uma preocupação em focar como centro das atenções a melhoria das condições de vida (RANDS, 2010; MERCADANTE, 2010).

É necessário salientar, entretanto, que a preocupação com o crescimento com equidade, de forma próxima àquela preposta pela CEPAL (1990), tem na questão social um meio de evitar resistências provocadas pelas consequências da forma de acumulação pressuposta à lógica capitalista. Neste aspecto, cabe destacar que desde a construção discursiva de Paul Baran se considera a capacidade de contenção das massas despossuídas como essencial à manutenção do sistema capitalista. Assim como, esta capacidade de contenção ao ser associada a estratégias ligadas à formação de mão de obra, distribuição de renda, com a consequente capacidade de consumo opera, ainda, como uma estratégia de fortalecimento do próprio sistema (BONENTE, 2011; VALENCIA, 2008).

No que tange às aproximações com a teoria nacional desenvolvimentista do período anterior à 1964 é importante salientar a preocupação com a formação de um mercado consumidor interno que fomentasse o crescimento do parque fabril. Entretanto, no que se relaciona às estratégias, enquanto no desenvolvimentismo deveriam ser incentivadas formas de inversão que progressivamente fossem buscadas no interior da nação de forma a proporcionar autonomia caracterizada pela internalização da capacidade de decisão em relação aos rumos nacionais; no novo desenvolvimentismo o foco se direciona para a capacidade de articulação com o mercado internacional, via incentivos aos investimentos privados e com a possibilidade de produção de produtos competitivos tanto em nível interno como externo (PREBISCH, 1949; FURTADO, 1959; BRESSER-PEREIRA, 2006; MERCADANTE, 2010; RANDS, 2010).

Mesmo em relação à capacidade de consumo, no desenvolvimentismo cepalino havia uma preocupação em fomentar padrões de consumo que considerassem a realidade sociocultural da população; enquanto as políticas públicas implementadas a partir de 2003 definem práticas ligadas ao fomento do consumo interno como meios para a indução do investimento privado que geram por consequência, políticas vinculadas à democratização do acesso ao crédito, da implementação de programas sociais de transferência de renda e grandes obras de infraestrutura, entre outros (MERCADANTE, 2010; FURTADO, 1961; RANDS, 2010).

No governo Dilma Rousseff, essa estratégia que fica explícita já na abertura do plano plurianual 2012-2015:

O Brasil que se vislumbra para as próximas décadas já vem sendo construído, sobretudo nos últimos 8 anos: um país que elegeu um projeto de desenvolvimento inclusivo com políticas públicas de transferência de renda, intensificação da extensão e do alcance dos programas sociais e constantes aumentos reais do salário mínimo. Utilizaram-se, ainda, instrumentos de geração de emprego e renda com vistas à ampliação de um mercado de consumo de massa, trazendo maior autonomia ao nosso processo de desenvolvimento

com a expansão do mercado interno. Como outro fator de incentivo ao crescimento econômico e à expansão do mercado de trabalho, os investimentos públicos foram retomados, sobretudo em infraestrutura, a exemplo do verificado no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). [...] Estes investimentos públicos reduziram os entraves para o desenvolvimento sustentável ao induzir o investimento produtivo privado e contribuir para a geração de empregos para os mais variados níveis de qualificação da força de trabalho, reforçando o dinamismo de nossa economia (BRASIL, 2011, p.15)

Neste aspecto, o desenvolvimento proposto pelo atual governo está ligado a uma estratégia de crescimento articulado ao mercado capitalista internacional e desenhado por meio de associações entre a elite nacional e as burguesias internacionais, tendo as primeiras um papel de sócio minoritário em escala internacional e de mantenedoras da estrutura vigente em escala nacional. Mesmo em relação à pauta exportadora é visível um relaxamento na estratégia que buscava alterar a estrutura vigente em termos globais, pois nas práticas atuais existe a valorização da exportação dos mais variados produtos – entre eles as tradicionais *comodities* – (ROUSSEFF, 2011, s/p.; CEPAL, 1990), porém ao analisar a pauta exportadora, percebe-se que a participação dos produtos básicos em 2014 atingiu o maior patamar dos últimos 37 anos, ficando em 48,7% do total das exportações brasileiras (BRASIL, 2012).

Sob a mesma lógica, Bueno e Seabra (2011, s/p.) ao analisarem uma amostra de 11 multinacionais brasileiras argumentam que a inserção internacional da burguesia brasileira [...] concentra-se setorialmente em recursos naturais (Gerdau, Vale, Petrobrás, Votorantim), engenharia e construção civil (Odebrecht, Andrade Gutierrez) e manufaturas intensivas em engenharia (Marcopolo, Sabó, Embraer, WEG e Tigre).

Neste aspecto, cabe retomar a crítica de Marini (1991) segundo o qual, a manutenção de uma relação com base na divisão internacional do trabalho entre nações metropolitanas e dependentes tende a intensificar a relação de dependência.

Desta forma, entendendo o desenvolvimento nacional de forma similar àquele proposto pelos teóricos do novo desenvolvimentismo, a nação é entendida como o lócus de articulação entre Estado e mercado; com uma economia aberta em escala internacional, porém regulada em termos governamentais com vistas à eficiência produtiva e ao aumento da competitividade. A nação é composta pela associação de pessoas que compartilham um destino político-econômico comum, com objetivos pré-estabelecidos e sendo o mais importante o crescimento econômico, que criará as condições para que o aparelho de Estado possa em um processo articulado em escala macroeconômica oferecer melhores condições de vida à população, através de políticas públicas sociais que forneçam as condições para a redução dos custos da implantação de estratégias capitalistas e das resistências dali advindas, com vista à acumulação de capital por uma burguesia nacional articulada ao capital internacional.

Neste aspecto, ganha vigor a crítica esboçada por Benjamin et al. (1998) no que se refere ao divórcio entre povo e nação. Ao comparar algumas das estratégias adotadas nos anos 1950 e início dos anos 1960, é perceptível a diferença de ênfases entre, por exemplo, a proposta de Pinto (1960), que buscava a participação popular nos rumos nacionais e a atual que tem por pressuposto básico a aceleração do crescimento como meio para a melhoria das condições de vida, mesmo esta entendida em muitos momentos como a simples inserção dos pobres no mercado de produção e consumo e estímulo ao consumo (RANDS, 2010; CANÇADO, TENÓRIO e PEREIRA, 2011).

Destaca-se a tese defendida por Valencia (2008), da qual se pode depreender que as propostas, projetos e políticas públicas que emergem com base no ideário do novo desenvolvimentismo, mais do que oferecerem uma alternativa ao neoliberalismo hegemônico nas décadas de 1980 e

1990, propõem formas de manutenção de uma lógica na qual o Estado assume uma função de planejador estratégico e regulador das transações econômicas de forma a evitar alguns dos riscos provenientes da liberalização do mercado.

Considerações Finais

Este texto buscou identificar as principais ideias que formataram o campo do desenvolvimento no Brasil, do final da Segunda Guerra à década de 1960 e, principalmente, entender a influência dessas ideias nas práticas ligadas ao desenvolvimento que ganharam corpo no início do século XXI, quando o conceito de desenvolvimento nacional ganhou novo vigor.

Neste sentido, este artigo relaciona organização e desenvolvimento ao buscar entendimento sobre a forma como as políticas governamentais da atualidade são direcionadas em sua busca por desenvolvimento, assim como compreender ideias erigidas no passado e que fornecem possibilidades de articulação ou problematização da lógica predominante em escala global.

Evidentemente, a construção erigida no período pré-64 estava inserida em um contexto socioeconômico e político próprio, assim como as ideias que predominaram no inicio do século XXI. Entretanto, a história demonstra que, se os fatores contextuais se diferenciam fortemente entre os diversos períodos, as temáticas são retomadas e redesenhas a partir de interesses político-estratégicos que, em muitos casos, se mantém ao longo do tempo. Movimentos vinculados à articulação do capital em escala internacional e à manutenção de posições privilegiadas em escala nacional estiveram presentes nos discursos que, em prol do crescimento, calaram vozes destoantes que propunham a construção de uma nação para todos os brasileiros no Brasil pré-1964. Perspectiva que buscou hegemonia nas décadas de 1980 e 1990, inclusive defendendo a inexistência de caminhos alternativos para a evolução da humanidade (FUKUYAMA, 1992).

É, no entanto, com a visibilidade das limitações que o livre jogo do mercado impõe à manutenção do crescimento contínuo e sua ineficiência em reduzir as diferenças sociais que reemergiram práticas que articulam Estado e mercado, através de estratégias como a da transformação produtiva com equidade social (CEPAL, 1990) e do novo desenvolvimentismo (BRESSER-PEREIRA, 2006; MERCADANTE, 2010).

Nesta retomada ganham evidência ideários que buscam atribuir ao Estado um papel de planejador e regulador do mercado com o objetivo de facilitar as transações, já que está dado por pressuposto que a possibilidade de desenvolvimento e de melhoria das condições de vida dependem diretamente do desempenho econômico capaz de financiar as políticas sociais (ROUSSEFF, 2011).

Neste retorno do desenvolvimentismo são esquecidos os discursos que buscaram pensar uma forma de desenvolvimento geradora de autonomia nacional, que almejaram fornecer condições para que a nação pudesse tomar suas decisões com base nas necessidades sentidas pela população e que valorizassem as características socioculturais do povo que reside no seu território geográfico. Formas de crescimento que busquem a competitividade em um mercado indiferenciado entre o interno e o externo e que reforçam a divisão internacional do trabalho pré-existente, por exemplo através do incentivo à produção primária exportável (BRASIL, 2014), tem por base unicamente a formação de consumidores cada vez mais padronizados em escala global, com a consequente facilitação do escoamento da produção.

Evidentemente, o discurso do mercado global cria uma sensação de não ter saída, um pessimismo que foi bem retratado pelo ocupante do cargo de presidente do Brasil de 1995 a 2002 (BATISTA Jr., 1999) e que se manteve a partir de 2003. Por consequência, forma uma ideologia na qual ao estarmos presos ao contexto macroeconômico, a única alternativa parece ser a de tornarmo-nos os mais eficientes possível para que possamos competir e melhorar nossa

posição em determinada classificação internacional.

O que facilmente se esquece é que a posição ocupada é resultado de um longo processo histórico que ganha continuidade justamente pela reprodução dos padrões incentivados globalmente. É esta a fonte de nossa dependência que, ao contrário do que se prega usualmente, não vêm se alterando, mas reforçando e crescentemente estabilizando uma posição de nação que possui suas possibilidades vinculadas aos desígnios macroeconômicos e aos interesses das elites que almejam, em última instância, não mais do que uma fração do potencial de acumulação pressuposto ao sistema capitalista.

Evidentemente, este texto não tem a pretensão de esgotar o assunto ou, mesmo, ser uma revisão pormenorizada das ideias que foram produzidas sobre a temática ao longo do período a que se propõe analisar. Mas, possibilitar uma leitura que busca pensar algumas das articulações e (des)continuidades entre as ideias que predominaram antes do golpe militar e as que pautam a agenda atual e abrir possibilidades para novos questionamentos e, quem sabe, práticas.

Muito ainda há para ser feito, principalmente no que se refere a leituras e aproximações mais específicas dos referenciais examinados de maneira mais abrangente neste texto.

Referencial

BATISTA Jr., Paulo Nogueira. Dependência: da teoria à prática. **Estudos Avançados**, nº 13, v. 37, 1999. p. 215-224.

BENJAMIN, Cesar; et al. **A opção brasileira**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1998.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. Cinquenta Anos de Pensamento na CEPAL: Uma Resenha. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Cinquenta Anos de Pensamento na CEPAL**. v. 1. Rio de Janeiro: Record, 2000. p. 13-68.

BIRD. **First Annual Report**. Washington DC: BIRD, 1946. Disponível em <<http://www.worldbank.org>>. Acesso em 10ago2013.

BONENTE, Bianca Aires Imbiriba Di Maio. **Desenvolvimento em Marx e na teoria econômica: por uma crítica negativa do desenvolvimento capitalista**. Rio de Janeiro, 2011. Tese (Doutorado em Economia). Programa de Pós Graduação em Economia, Universidade Federal Fluminense.

BRASIL. **Balança comercial brasileira - dados consolidados**. Disponível em <www.desenvolvimento.gov.br>. Acesso em 10 abr. 2014.

BRASIL (2011). **PPA 2012-2015**. Disponível em: <http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/spi/PPA/2012/mensagem_presidencial_ppa.pdf> . Acesso em 25 fev 2015.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. O novo desenvolvimentismo e a ortodoxia convencional. **São Paulo em Perspectiva**, v. 20, n. 3, jul./set. 2006, p. 5-24.

BUENO, Fábio Marvulle; SEABRA, Raphael Lana. A teoria do subimperialismo brasileiro: notas para uma (re)discussão contemporânea. **6º colóquio Internacional Marx e Engels**. Rio de Janeiro: Dezembro de 2011.

CANÇADO, Airton Cardoso; TENÓRIO, Fernando Guilherme; PEREIRA, José Roberto. Gestão social: reflexões teóricas e conceituais. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 9, nº 3, set. 2011, 681-703 p.

CAMPOS, Roberto de Oliveira. **Planejamento do Desenvolvimento Econômico de Países Subdesenvolvidos**. Rio de Janeiro: FGV, 1954.

CAMPOS, Roberto de Oliveira. **A lanterna na popa**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2004.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTI, Enzo. Dependência e Desenvolvimento na América Latina. (1969). In: BIELSCHOWSKY, Ricardo (org.) **Cinquenta Anos de Pensamento na CEPAL**. V.2. Rio de Janeiro: Record, 2000, p. 495-520.

CORTÉS, Norma. Consciência e realidade nacional - notas sobre a ontologia da nacionalidade de Álvaro Vieira Pinto (1909-1987). **Acervo**, v. 12, nº 1-2 jan/dez 1999, p. 129-146.

CEPAL. Transformação produtiva com equidade: a tarefa prioritária no desenvolvimento da América Latina e do Caribe nos anos 1990. (1990) In: BIELSCHOWSKY, Ricardo (org.). **Cinquenta Anos de Pensamento na CEPAL**. v.2. São Paulo: Record, 2000. p. 887-910.

ESTEVA, Gustavo. Development. In: SACHS, Wolfgang. **The Development Dictionary: A Guide to Knowledge as Power**. 12^a ed. New York: Zed Books Ltd, 2007. p. 6-25.

FILGUEIRAS, Luiz A. M. Reestruturação Produtiva, Globalização e Neoliberalismo: capitalismo e exclusão social neste final de século. **V encontro nacional da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho**. Rio de Janeiro: 1997

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Gênese e precursores do desenvolvimentismo no Brasil. **Revista Pesquisa & Debate**, 15, 2(26), p. 225-256, 2004.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. **Nacionalismo e Economia: O Segundo Governo Vargas**. Disponível em <<http://www8.ufrgs.br/decon/publionline/textosprofessores/fonseca/ historia-economica-brasil-contemporaneo.pdf>>. Acesso em 01jun2011.

FUKUYAMA, Francis. **O fim da história e o último homem**. São Paulo: Rocco, 1992.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1959.

FURTADO, Celso. Desenvolvimento e Subdesenvolvimento (1961). In: BIELSCHOWSKY, Ricardo (org.). **Cinquenta Anos de Pensamento na CEPAL**. v. 1. Rio de Janeiro: Record, 2000. p. 239-262.

FURTADO, Celso. **A Pré-Revolução Brasileira**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura: 1962.

FRANK. André Gunder. The Development of Underdevelopment. **Monthly Review**. New York, v.18, nº 4, p. 17-31, September/1966.

GUDIN, Eugênio. Rumos de Política Econômica (1945). In: SIMONSEN, Roberto Cochrane; GUDIN, Eugênio. **A Controvérsia do Planejamento na Economia Brasileira: Coletânea da Polêmica Simonsen x Gudin, Desencadeada com as Primeiras Propostas Formais de Planejamento da Economia Brasileira ao Final do Estado Novo**. 3^a Ed. Brasília: IPEA, 2010. p. 51-126.

HARDY, Cynthia; PALMER, Ian; PHILLIPS, Nelson. Discourse as a Strategic Resource. **Human Relations**. London, v.53, p. 1227-1248, 2000.

HARVEY, David. Spaces of global capitalism. London: Verso, 2006.

IBESP. Três etapas do comunismo brasileiro. [1954]. In: SCHWARTZMAN, Simon (org.). **O pensamento nacionalista e os “cadernos de nosso tempo”**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981. p. 7-20.

LIMA, Hermes. Significação do nacionalismo. [1955]. In: SCHWARTZMAN, Simon (org.). **O pensamento nacionalista e os “cadernos de nosso tempo”**. Brasília: Editora Universidade de

Brasília, 1981. p. 69-80.

LÖWY, Michael. (org.). **O marxismo na América Latina – uma antologia de 1909 aos dias atuais.** 2^a ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

MARINI, Ruy Mauro. La Acumulación Capitalista Mundial y el Subimperialismo. **Cuadernos Políticos.** México, nº 12, abr-jun/1977. Disponível em <<http://www.marini.unam.mx>>. Acesso em 30abr2008.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialéctica de la Dependência.** México: Ediciones Era, 1991. Disponível em <<http://www.marini.unam.mx>>. Acesso em 30abr2011.

MANUILSKI, Dimitri. O camarada Stálin, grande teórico do comunismo. **Revista mensal de cultura política**, nº 23, Dez/1949. Disponível em <<http://www.marxists.org>>. Acesso em 19 jul. 2012.

MERCADANTE, Aloisio. **Brasil: a construção retomada.** São Paulo: Terceiro Nome, 2010.

PAIVA, Vanilda. **Paulo Freire e o nacionalismo desenvolvimentista.** São Paulo: Graal, 2000.

PINTO, Álvaro Vieira. **Consciência e realidade nacional.** v.1. Rio de Janeiro: ISEB, 1960.

POULANTZAS, Nikos. State, Power, Socialism. London: Verso, 2004.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História e Desenvolvimento – A Contribuição da Historiografia para a Teoria e Prática do Desenvolvimento Brasileiro.** São Paulo: Brasiliense, 1999.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 2008.

PREBISCH, Raúl. O Desenvolvimento Econômico da América Latina e Alguns de seus Problemas Principais. (1949). In: BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Cinquenta Anos de Pensamento na CEPAL.** v. 1. Rio de Janeiro: Record, 2000. p. 69-136.

PREBISCH, Raúl. Problemas Teóricos e Práticos do Crescimento Econômico. (1952). . In: BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Cinquenta Anos de Pensamento na CEPAL.** v. 1. Rio de Janeiro: Record, 2000. p. 179-216.

PRESTES, Luiz Carlos. (1950) **Nossa Política: Prestes Aponta Aos Brasileiros o Caminho da Libertaçao.** Disponível em <<http://www.marxists.org/portugues/prestes/1950/08/01.htm>>. Acesso em 10mar2011.

RANDS, Maurício. **A era Lula – desenvolvimento, democracia e cultura política no Brasil.** Recife: Bagaço, 2010.

RANGEL, Ignácio. Introdução ao Desenvolvimento Econômico. (1955). In: RANGEL, Ignácio. **Obras Reunidas / Ignácio Rangel.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2005. p. 129-202.

RIDENTE, Marcelo. Desenvolvimentismo: o retorno. **Temas Brasil**, Janeiro 2009. Disponível em <http://www.acessa.com/gramsci/texto_impressao.php?id=1022>. Acesso em 30 de Setembro de 2010.

ROUSSEFF, Dilma. **Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante compromisso constitucional perante o Congresso Nacional**, 2011. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br>>. Acesso em 01 ago. 2012.

ROSTOW, Walter Whitman. A Decolagem para o Desenvolvimento Auto-Sustentado. (1956). In: AGARWALA, A. N.; SINGH, S. P. **A Economia do Subdesenvolvimento.** Rio de Janeiro: Forense, 1969, p. 251-262.

SANTOS, Theotônio dos. **Imperialismo y dependencia.** México: Era, 1978.

-
- SANTOS, Theotônio dos. **A teoria da dependência**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- SCHWARTZMAN, Simon. Introdução. In: SCHWARTZMAN, Simon (org.). **O pensamento nacionalista e os “cadernos do nosso tempo”**. Brasília: EUB, 1981.
- SICSÚ, João. PAULA, Luiz Fernando de. MICHEL, Ranault. Por que novo-desenvolvimentismo? **Revista de Economia Política**, nº 4, vol. 27, p. 507-524, out-dez/2007.
- SILVA, Raimundo Nonato Palhano. SOUSA, Jhonatan Uelson Pereira. (Orgs.) **A Singularidade do Pensamento de Ignácio Rangel**. São Luís: IMESC, 2008.
- SIMONSEN, Roberto Cochrane. A Planificação da Economia Brasileira (1945). In: SIMONSEN, Roberto Cochrane; GUDIN, Eugênio. **A Controvérsia do Planejamento na Economia Brasileira: Coletânea da Polêmica Simonsen x Gudin, Desencadeada com as Primeiras Propostas Formais de Planejamento da Economia Brasileira ao Final do Estado Novo**. 3^a Ed. Brasília: IPEA, 2010. p. 35-50.
- SODRÉ, Nelson Werneck. **Raízes históricas do nacionalismo brasileiro**. Rio de Janeiro: Iseb, 1959.
- VALENCIA, Adrián Sotelo. **Teoria da dependência e desenvolvimento do capitalismo na América Latina**. Londrina: Práxis, 2008.
- VELLOSO, João Paulo dos Reis. Apresentação. In: SIMONSEN, Roberto Cochrane; GUDIN, Eugênio. **A Controvérsia do Planejamento na Economia Brasileira: Coletânea da Polêmica Simonsen x Gudin, Desencadeada com as Primeiras Propostas Formais de Planejamento da Economia Brasileira ao Final do Estado Novo**. 3^a Ed. Brasília: IPEA, 2010. p. 19-34.

ⁱ Ver Fonseca (2004) e Furtado (1959)

ⁱⁱ Em 1942, com o objetivo de estudar a economia brasileira e propor soluções para desenvolver seus setores estratégicos.

ⁱⁱⁱ Em 1948, para estudar o quadro econômico brasileiro com vista à análise de um empréstimo solicitado pelo governo Dutra.

^{iv} Para Harvey (2006, p. 24) “neoliberalismo significa, em suma, a financeirização de tudo e a transferência do poder central de acumulação de capital para os proprietários e suas instituições financeiras, em detrimento de outras formas de capitais”. Mesmo reconhecendo as diferentes características de emergência do ideário liberal articulado à ascensão do capitalismo, e do neoliberal como reação ao Estado intervencionista do pós-guerra, neste artigo são consideradas como duas versões da mesma formação discursiva e identificadas, principalmente, pelas seguintes características em comum: a) o individualismo, político e social; b) o princípio de que o mercado deve regular a economia; e c) a afirmação da democracia representativa como valor inquestionável (FILGUEIRAS, 2007).

^v Sob a influência das ideias que predominavam na União Soviética de Stalin, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) aceitou as teses em defesa do comunismo em um país e do etapismo, que via no capitalismo monopólico a última etapa do capitalismo rumo ao socialismo, dadas as contradições internas ao processo de desenvolvimento capitalista (MANUILSKI, 1949).

^{vi} O nacional desenvolvimentismo é identificado à corrente classificada anteriormente por Bielschowsky (2000) como desenvolvimento público nacionalista.

^{vii} É relevante salientar que os autores vinculados às teorias da dependência se diferenciam do ideário nacional desenvolvimentista ao apontar seus limites e consequências. Entretanto, por uma questão de foco do trabalho, esta corrente de pensamento, com exceção de ideias específicas de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Falleto, não será alvo de análise neste texto. Aos leitores que tiverem interesse sugere-se a leitura de Santos (2000).

^{viii} É necessário destacar, neste ponto do texto, os conceitos de Estado e de Governo. Com base em Poulantzas (2004), Estado é entendido como o espaço no qual se condensam as lutas políticas; já governo caracteriza-se como a instância de organização dos interesses da classe dominante.